

“Coleta de Resíduos de Grandes Geradores: do Serviço Público para Privado”

São Paulo, 14 de agosto de 2019

ABRAMPA

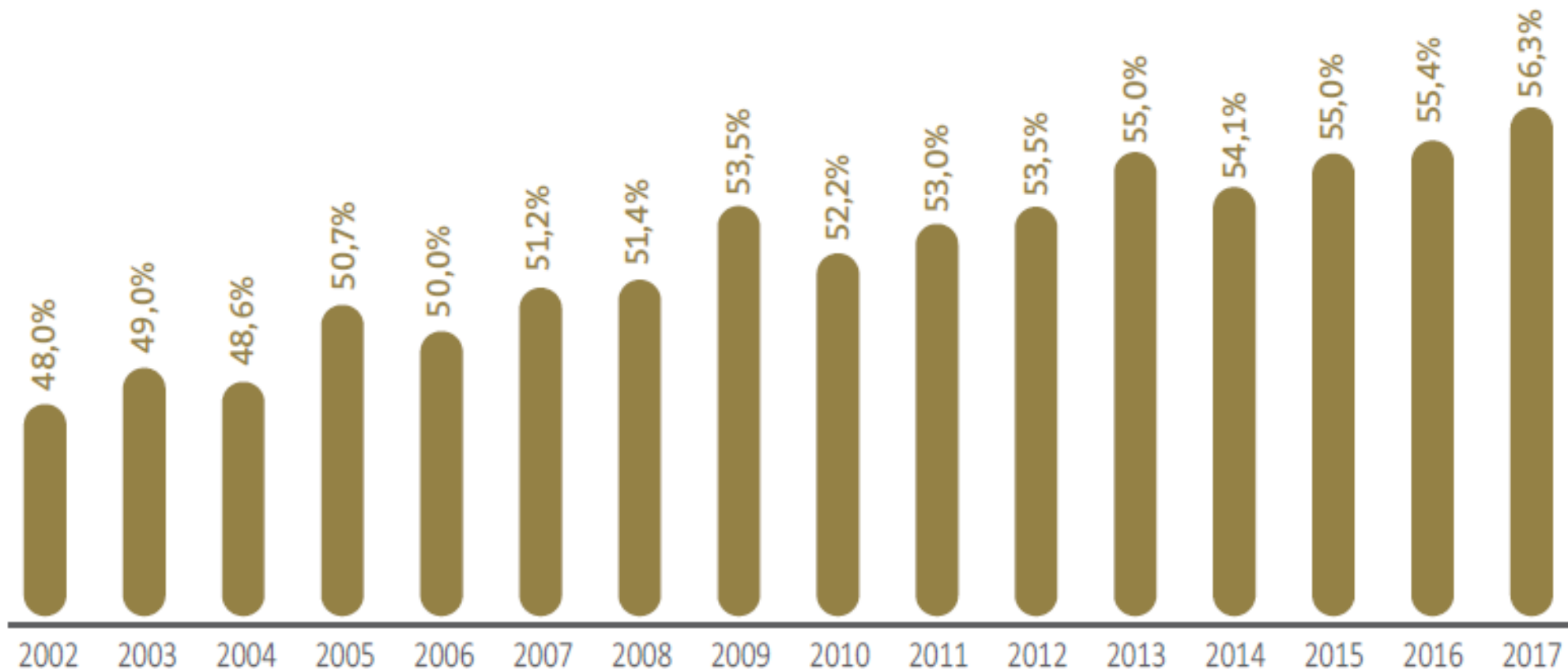
Associação Brasileira de Membros do Ministério Público do Meio Ambiente

- promover a proteção do meio ambiente, ..., garantindo a sua defesa judicial e extrajudicial;
- realizar simpósios, seminários, e outras atividades culturais visando o aperfeiçoamento técnico-científico de seus membros;

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- **Art. 3º.** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
 - I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- **Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
 - VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Participação das áreas sociais* na despesa municipal



* Educação, saúde e assistência social.

Políticas de Resíduos Sólidos

- **Lei Federal nº 6.938/81 - PNMA**
- **Lei Municipal nº 13.478/02 (lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003)**
- **Lei Estadual nº 12.300/06 - PERS**
- **Lei Federal nº 11.445/07 - PNSB**
- **Lei Federal nº 12.305/10 - PNRS**

Políticas de Resíduos Sólidos

- **Poluidor pagador.**
- **Planos de gerenciamento de resíduos sólidos.**
- **Sustentabilidade financeira do sistema de gestão municipal de resíduos sólidos.**
- **Responsabilização do gerador pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.**

- **Lei Municipal nº 13.478/02 (lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003)**

Art. 4º . São objetivos e diretrizes da organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo:

V - a individualização dos resíduos produzidos e a responsabilização de seus geradores;

- **Lei Municipal nº 13.478/02 (lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003)**

Art. 140. Os grandes geradores ficam obrigados a cadastrar-se junto à Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, na forma e no prazo em que dispuser a regulamentação.

Art. 139. São considerados grandes geradores, para efeitos desta lei:

– os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos:

- Classe 2, pela NBR 10004, em volume superior a 200 (duzentos) litros diários;
- de entulhos, terra e materiais de construção, com massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas diários.

- **Lei Estadual nº 12.300/06 - PERS**

Artigo 19 - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser elaborado pelo gerenciador dos resíduos, constitui documento obrigatoriamente integrante do processo de licenciamento das atividades e deve contemplar os aspectos referentes ..., devendo contemplar em sua elaboração e implementação:

III - o cronograma de implantação e programa de monitoramento ...

Parágrafo único - O programa de monitoramento e demaís mecanismos de acompanhamento das metas dos planos de gerenciamento de resíduos previstos nesta lei serão definidos em regulamento.

- **Lei Federal nº 11.445/07 - PNSB**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I -

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do **lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;**

Art. 5º **Não constitui serviço público** a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como **as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.**

- **Lei Federal nº 12.305/10 – PNRS**

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

- **Lei Federal nº 12.305/10 – PNRS**

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos **tem o seguinte conteúdo mínimo:**

IV - **identificação** dos resíduos sólidos e **dos geradores** sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, ...;

VIII - **definição das responsabilidades** quanto à sua implementação e operacionalização, **incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;**

- **Lei Federal nº 12.305/10 - PNRS**

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos **tem o seguinte conteúdo mínimo:**

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

- **Lei Federal nº 12.305/10 - PNRS**

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f) resíduos industriais: ...;

g) resíduos de serviços de saúde: ...;

k) resíduos de mineração: ...;

- **Lei Federal nº 12.305/10 - PNRS**

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

- **Lei Federal nº 12.305/10 - PNRS**

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização **integral** do plano de gerenciamento de resíduos sólidos ...

DECRETO Nº 58.701, DE 4 DE ABRIL DE 2019

- Peca pela imprecisão de redação.
- Desrespeita a lei regulamentada.
- Desrespeita a lei da PERS.
- Desrespeita, especialmente, a lei da PNRS.
- Cria obrigações não previstas em lei.

DECRETO Nº 58.701, DE 4 DE ABRIL DE 2019

- Não exige o plano de gerenciamento de resíduos sólidos (art. 21 PNRS).
- Não exige metas de minimização da geração de resíduos sólidos.
- Não prevê critérios de simplificação de planos para as microempresas e de pequeno porte.

DECRETO Nº 58.701, DE 4 DE ABRIL DE 2019

- Estabelece a disposição final dos resíduos sólidos ao invés de *rejeitos*.
- Não diferencia resíduos sólidos passíveis de reutilização, reciclagem e revalorização dos resíduos sólidos orgânicos.
- Não exige a participação nos sistemas de logística reversa, especialmente de restaurantes, bares, hotéis e similares.

DECRETO Nº 58.701, DE 4 DE ABRIL DE 2019

- Obriga, ilegalmente, os condomínios residenciais a destinar parte 10% dos resíduos a cooperativas ou associações de catadores.
- Denomina os resíduos sólidos de restaurantes de “lixo de restaurante” (anexo I – “código de resíduos” – A001)

DECRETO Nº 58.701, DE 4 DE ABRIL DE 2019

- Apesar de louvável a iniciativa (com 17 anos de atraso), necessita de adequação à lei da PNRS, PERS e lei municipal 13.478/02.

OBRIGADO

José Eduardo Ismael Lutti

Procurador de Justiça - MPSP

Vice Presidente da ABRAMPA